



## ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

### (RESOLUÇÃO Nº51/17)

C.M.R.P.
Res. 51/17
Fl. 106
Rub. 709

Aos 27 (oito) dias do mês de março de 2018, às 15:50 horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no Plenário desta Casa de Leis, a **Comissão Especial de Estudos**, constituída pelo Requerimento nº 000638, tendo como objeto **ACOMPANHAR, ANALISAR, IDENTIFICAR E TRATAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS SOBRE POLÍTICA HABITACIONAL E REINTEGRAÇÕES DE POSSES NO MUNICÍPIO**, compreendido pelos seguintes vereadores membros: presidente o Vereador Adauto Marmita, Maurício Vila Abranches e Isaac Antunes justificada a ausência do último vereador, contando também com a presença do vereador membro da Comissão Permanente da Habitação vereador Nelson das Placas. E que o presidente vereador Adauto Marmita, fazendo as explicações referente a temática da CEE, agradeceu imensamente por toda disponibilidade do secretário municipal do Planejamento sr. Edsom Ortega Marques no atendimento dos pedidos dos vereadores para o bem comum atendendo os vereadores e a população de Ribeirão Preto em que o vereador presidente informou que: “principalmente na polêmica nessa discussão que está sendo a regularização fundiária então a gente é convocou o senhor aqui porque o senhor a pessoa que que pode não estar nos informando as áreas que que vai ser realizado às outras áreas que que pode ser regularizada então a gente também agradeça a presença do dr. Fábio também é que sempre está acompanhando o senhor que é advogado e a gente toma uma pergunta pra para fazer o senhor agora eu passo a palavra é para o senhor e você sabe muito bem que eu que considera ser de verdade como o secretário presente e sempre estamos atendendo e o senhor passa o telefone do setor particular a gente sempre que puder é está precisando o senhor senhor está sempre presente muito obrigado ortega”. Feito isso com a palavra o secretário do Planejamento Edsom Ortega ora convidado fez os agradecimentos de praxe aos vereadores membros e demais pessoas presentes destacando que: “queria agradecer a oportunidade está aqui mais uma vez pra prestar informações é o dever do poder executivo o sr prefeito nogueira tem estimulado muito para que informemos os vereadores que vocês representam a população e nós do poder executivo temos que dar satisfação vocês e procurar fazer o melhor para a cidade para as pessoas é por isso que eu vim aqui estou à disposição para suas questões estão aqui contando com dr.Fábio Freitas que coordena o núcleo de regularização fundiária da secretaria de planejamento. Com a palavra o vereador membro Maurício da Vila Abranches fazendo os agradecimentos de praxe aos presentes destacou que: “é uma honra fazer parte dessa comissão em que ela é de suma importância para a nossa cidade e agradecer a vinda aqui do secretário que sempre tem se colocado à disposição da gente não está falando com ele agora ele já havia lhe fornecido o contato dele eu a via e de todo cortado celular e ele prontamente mim disse outro cartão com nome autoestima ou esposa o problema pra ele prontamente eles se dispôs a gente é tá pra amanhã mesmo



está conversando então é isso que nós precisamos o secretário realmente atuante". Com a palavra o vereador Nelson das Placas fez os agradecimentos de praxe aos presentes destacando o fato de que o secretário ora convidado ficou responsável por regularizar parte das favelas de Ribeirão Preto melhorando a qualidade de vida da população. O vereador presidente perguntou sobre quais áreas estão legitimadas para a abertura de processo administrativo de regularização fundiária. O secretário quanto esta pergunta respondeu que: "nós temos uma lista de 35 áreas de interesse social áreas ocupadas por famílias de mais baixa renda e outras 35 áreas que são loteamentos condomínios que aí não é não só de pessoas de baixa renda esses que não são de pessoas de baixa renda os condomínios associações de bairros deles tem que tomar a iniciativa e tomar as providências junto ao cartório junto à prefeitura contratar os projetos custear os projetos e aí a prefeitura toma providência na parte delas da análise do ponto de vista urbanístico do polo de segurança para fazer conjunto com os cartórios e com os advogados a regularização os 35 assentamentos é que nós entendemos que são passíveis de regularização tem a lista publicada no decreto o prefeito assinou no final do ano dia 26 de dezembro foi publicado no dia 26 de dezembro posso disponibilizar os senhores e senhoras divulgarem amplamente vários deles nesse caso o procedimento é diferente como é se trata de população de baixa renda cabe ao poder executivo tomar as medidas para regularizar uma medida importante é fazer com que essas comunidades escolha um representante oficial é de um a quatro pessoas para serem o interlocutor perante a prefeitura que muitas vezes vem várias pessoas falarem na prefeitura sobre o mesmo empreendimento não há lei federal estabelece olha tem que ter uma assembleia escolheu quem são os representantes eles passaram a ser os interlocutores com a prefeitura para tratar da regularização e aí tem várias etapas o prefeito vai inclusive assinar desses 35 assentamentos que são passíveis de regularização 12 (doze) deles foram contemplados no convênio com o governo do estado o PROGRAMA CIDADE LEGAL que na próxima quinta-feira às 11 da manhã acabei de marcar agora com o prefeito vocês vão ser convidados o prefeito vai assinar a ordem de serviço para fazer os trabalhos de regularização desses 12 assentamentos incluindo Jardim Progresso inclui o Monte Alegre são vários que vão passar a relação para vocês e profissional podia até convidar essas comunidades para participarem na próxima quinta-feira às 11 horas a prefeitura junto com vocês pra não só dessa autorização pra contratar a empresa que a empresa já contratada para a empresa começar o serviço atualizar cadastro levantamento topográfico é fazer perfuração tem preferido fazer a perfuração o projeto urbanístico o projeto de água de energia o que for preciso ser feito nesses 12 serão feitos nesse convênio já que o cidade legal os demais nós vamos precisar alavancar recursos sejam mais recursos do governo estadual mais recursos do governo federal o recurso do município que a gente tem que buscar também recursos do município e junto o poder executivo lançamos que batalhar para viabilizar mais recursos para regularizar mais gente na quinta-feira também na prefeitura às 11 horas o prefeito vai sancionar lei que

5117  
Res. 107  
Fl. 107  
Rub. 107



vocês aprovaram que é estruturou o programa de regularização fundiária que vocês fizeram a semana passada até segunda votação fizeram as duas votações subseqüentes estão vocês vão ser convidados pelo prefeito na quinta-feira para assinar também essa lei que vai ajudar muito agilizar a regularização desses assentamentos". O vereador Maurício Vila Abranches perguntou ao secretário se lembra quais são essas 12 comunidades que serão contempladas de imediato. O secretário destacou que o Dr. Fábio deve ter a lista que será apresentada nesta reunião. O vereador presidente perguntou como essas outras comunidades que não foram contempladas, qual será o tempo para regularizar essas outras comunidades, sendo a preocupação de todos é que agora vai regularizar 12 (doze), perguntando se existe a previsão de tempo para contemplar as demais comunidades. O secretário afirmou que: "Lembrando são 96 ocupações irregulares né 35 já regularizamos serão regularizadas algumas têm pequenas partes que não podem ser regularizadas mas são três pequenos ou que estão em área aonde tem rua é o arruamento não pode ficar uma moradia no meio da rua ou era uma área de proteção ambiental que não tem como manter a linha mas são três pequenos dessas 35 os demais nós vamos fazer análise específica então nós pretendemos nesse ano nos próximos meses contratar um levantamento nessas outras áreas para que se verifique se são ou não passíveis de regularização algumas já sabemos que não são ou é a área da área de risco uma favela Vida Nova por exemplo a maré a água que alaga com muita frequência e os técnicos dizem que não tem jeito tem um trecho pequeno dela que a Nova Vida" O vereador presidente perguntou se o núcleo Vida Nova é COHAB, não sendo ocupação. O convidado afirmou que: "o Vida Nova o trecho perto da barragem antiga favela da AIDS, eu fui lá fui até ocorre até o rio então eu entendo que é um trecho mais perto da via que é possível regularizar tem um trecho mais perto do rio que os técnicos dizem que é difícil que aí as famílias têm que ser transferido para outro trecho é ser outra área a ocupação dentro do horto ali não pode inclusive eu fui lá e vi ocupação acontecendo mandei os fiscais para suspender por que aquilo ali é crime ambiental existentes vão ter que seja tão mapeados tem reintegração de posse determinado e infelizmente vão ter que sair dali não pode é crime ambiental ficar ali. O vereador presidente perguntou se está falando daquela área que pega um campo do cruzeiro do Jardim Marquesi perguntou se está região será beneficiada. O convidado destacou que: "Ali não pode nem que eu não quero é reservado e vai se retirar ele vai ter que ser transferido para outro lugar". O vereador presidente perguntando além do núcleo Vida Nova é responsabilidade da COHAB justamente onde se encontra a área de enchente, não se tratando o total daquela área como invasão, sendo inclusive solicitado ao secretário a limpeza daquela área. Por isso o presidente da CEE afirmou que: "é estranho parece que o povo de lá parece que eles que ocuparam, mas não ela é COHAB e sobre o Cruzeiro onde que a gente fala que é o Cruzeiro que fica perto do campo do cruzeiro então não vai ser regularizado. O convidado afirmou que: "ele não pode porque é um horto florestal é um parque ali não pode até a justiça já determinou a reintegração".



O vereador presidente perguntou para onde aquelas famílias serão removidas. O convidado destacou que: "Eles têm que ir pra outro lugar isso é uma questão muito delicada porque quem ocupa área de preservação ambiental isso nós vamos esclarecer as pessoas têm muita gente que não sabe ocupar a área de preservação ambiental é crime pode ser preso em flagrante delito outras cidades prendem as pessoas mas nós temos que orientar as pessoas que não pode é crime ambiental eu sou advogado possa explicar é um crime continuado a pessoa tá em flagrante delito o tempo todo e é claro que a gente não deve lidar é com essa a forma truculenta com isso nós temos que orientar as pessoas olha não pode vai ter que sair não é porque a gente quer que tira lei-manda sair vocês são legisladores vocês fazem leis e manda um executivo cumprir as leis nós vamos cumprir e orientando as pessoas é isso que estamos procurando fazer agora. O convidado Edson Ortega afirmou que: "posso dar também aqui uma informação sobre **as áreas que têm reintegração de posse** nós temos 57 ocupações irregulares dessas 96 que já têm pedido na justiça de reintegração de posse a maior parte já vem esse pedido de mais tempo porque nessa gestão toda ocupação nova nós estamos tirando fizemos uma pactuação com os movimentos de habitação para parar as invasões e para nós nos mobilizarmos para encontrar solução de moradia das pessoas que se invade nós vamos consumir nosso tempo vai ficar tirando invasão ao invés disso a gente juntar nossas forças para arrumar moradia com as pessoas aí sim dá certo agora dessa 57 reintegrações tem 17 reintegrações nós vamos suspender não vamos fazer mais e porque o que é o programa de regularização fundiária que o prefeito criou e vocês aprovaram aqui vão poder ser regularizado nós estamos aqui com a lista das 17 à disposição de vocês(entregou documento ao vereador presidente para consulta) como eu disse antes talvez tenha pequenos trechos que teria que ter que ser reintegrado mas trechos como expliquei ou a moradia está no meio da rua, numa área de preservação ou num trecho de risco que não tem como permanecer mais os demais neste programa serão regularizados os outros é que têm ação de reintegração de posse vai depender da análise específica de cada um aí nós vamos poder dizer se pode suspender ou não pode suspender quem está em área de risco ou em área de preservação partes tal não tem como porque a lei não permite isso". O vereador Maurício Vila Abranches, destacou que mesmo votando favorável ao projeto perguntou ao convidado se este mecanismo de regularização não ocorrerá o incentivo para invasão de outras áreas, exemplificando que morou por 03(três) anos no Jardim Aeroporto na época que iniciava primeira favela naquela região e observava que no final de ano os moradores da favela se deslocavam para o Nordeste em 03,04 pessoas e voltavam em 15 para morar na favela foi onde cresceu aquela favela, por esta razão neste caso corre o risco de acontecer a mesma coisa, ou seja, as pessoas beneficiadas com este projeto viajarem para a terra natal e a informarem sobre a regularização da ocupação incentivarem outras pessoas mudarem para Ribeirão com o objetivo de ocupar outras áreas, exemplificando o fato de que a COHAB indenizou os

Handwritten notes and stamps on the left margin, including a date stamp "21/11" and a signature.



moradores uma área de risco onde existia o lixão do bairro do Jardim Juliana, e atualmente estão construindo nesta área, outro fato é que estão ligando o esgoto a céu aberto das galerias de águas pluviais diretamente no rio e a administração pública não está fazendo nada, ou seja, se foi indenizado por ser área de risco porque a Prefeitura não toma providências, porque com está falta de fiscalização os problemas tendem a se agravarem pois com 26 fiscais pela pouca quantidade de fiscais está muito falha. Além disso, mencionou que quando da construção do bairro Maria Casa Grande com 1.333 unidades diminuiu as áreas de invasão em 30%, mas depois de 01 ano retornaram estas ocupações. O vereador Maurício Vila Abranches ainda informou que: "é muito pouco procurado por que hoje lá naquela região que eu estou cidadão que paga os impostos que paga tudo e fica indignada quando ele passa na rua durante o dia vê o cara rasgando ligando esgoto na água pluvial e não existe crime algum é como você pretende lidar com isso aí estão no segundo ano de governo, não se do prefeito depois irá se reeleger mas a gente tem que votar com o governo acaba daqui dois anos e meio eu vejo com muita preocupação pois voltei sim para regularização mais por esse lado eu tenho essa preocupação eu tenho essa grande preocupação porque hoje a nossa região tem muitas áreas, falando do Jardim Zara que comentei já com o superintendente do DAERP que existe um esgoto ligado nas bocas de lobo que está indo por sem tratamento nenhum direto, eu pedi que então que já que ela vai entrar para regularização que ligasse aquele esgoto segundo o superintendente que não pode e não pode fazer isso mas como vai e pode deixar elas ligadas na água pluviais orientou então ele pediu que reunisse com o senhor como secretário de Governo para nós encontrarmos uma solução já que ela praticamente ela vai ser organizada por que não liberar a ligação de forma legal não deixar ela do jeito que tá lá no Jardim Zara e a boca de lobo está entupida e os dejetos correndo pelas ruas e incomodando os moradores do entorno para aquele é um lugar de declive e causa muito transtorno então eu gostaria que o secretário analisasse com carinho assim somente essa questão do jardim Zara ali na rua Antonio Soares de Oliveira nº515 para solucionarmos aquele problema sei que uma vez é ligada no esgoto, ira não somente beneficiar aquele pessoal que está ali mas é um pessoal do entorno têm uma senhora que trabalha com comida no restaurante sofre com aquilo lá então eu acho que o senhor poderia sentar com o superintendente do DAERP e vocês ajudaram a solucionar esse problema aí e quanto à questão das ligações com o pessoal está fazendo lá, orientar o pessoal fazerem as ligações então já não da forma correta não pegar ficar ligando desse jeito que tá aí ligando nas galerias de água pluviais que é um descaso danado que ela sai lá do jardim lá e escorria por todo o Parque São Sebastião prejudicando todo mundo vamos economizar, pois têm poder para isso aproveitando a regularização já tem poder para está fazendo isso e solucionarmos esse problema". O convidado orientou para equipe fazer este levantamento do jardim Zara, destacando que esta área se encontra na relação dos 12(doze) autorizado, no Jardim Juliana a equipe já compareceu e notificou quem se encontra na área de risco terão que sair e extensivo quem



estiver na reserva legal. Quanto ao fato de não estimular as invasões terá que fazer o mesmo procedimento das outras cidades, no sentido de se mobilizar para o orçamento para a habitação, em que nos últimos anos o orçamento foi zero por cento, que na presente LOA só não ficou zerado o orçamento pelo fato que conseguiu manter R\$1.500.000,00 de R\$23.000.000,00 que tinha deixado no orçamento, afirmando que nosso município terá a secretaria da Habitação para contemplar esta importante questão em comparação a São José do Rio Preto, Sorocaba, que não se verifica a invasão de áreas para a construção de favelas porque a cidade de Ribeirão Preto estava em situação de total desmando, por isso a atual administração está reestruturando a fiscalização em 04 de abril será aberta a licitação para a compra de material para a fiscalização, outras questões são por exemplo atividade delegada, guarda civil municipal (contratação de 47 GCM), decreto do prefeito organizado o sistema de fiscalização integrada onde existirá o telefone amplamente divulgado para o serviço de denúncias pela população para evitar ocupação irregular, porque o Poder Executivo agora está atuando inclusive com o apoio do Ministério Público Estadual, e está também ocorrendo a conscientização das pessoas em não promoverem as invasões que muitas vezes são enganados por aqueles que vendem os lotes das invasões, destacando que o Ministério Público Estadual está junto a Prefeitura para enfrentar esta situação inclusive com pedido de prisão de vários líderes que estavam se aproveitando desta situação, por lado existem muitos líderes honestos das moradias que orientam corretamente como agir. O vereador Maurício Vila Abranches destacou que estas questões principalmente da atividade delegada não poderá ficar restrita no centro mas para a periferia, quanto ao Ministério Público necessita ter cuidado, porque está multando muitos moradores no bairro Cândido Portinari por pressão da promotoria pressionou a fiscalização e fechou inúmeros pequenos negócios de comerciantes, porque para o vereador estava tudo resolvido porque há 06(seis) meses ter ocorrido a reunião entre vários representantes da Prefeitura que não cumpriu com aquilo que foi combinado, em que o próprio coordenador da Fiscalização cel. Muniz afirmou que estava cumprindo as ordens do Ministério Público. O vereador Maurício Vila Abranches mencionou que: "aquela área de utilidade pública desde 2002 só que a prefeitura cruzou-se os braços e agora atualmente mandou para esta Casa as compensações que nós votamos foi unânime e o povo continua abandonado até que ontem eles fecharam tudo na rua, afirmando que aqui não passa mais ninguém olha calamidade Ribeirão Preto em pleno século XXI que nós encontramos uma coisa dessas acontecer não é feio passar nas televisões entende as coisas belas hoje mediante toda essa pressão estão as máquinas arrumando as ruas para eles quer dizer teria condições de fazer enquanto não se resolve o imbróglio dá uma qualidade de vida melhor para aquele povo que tá ali, porque ali é tão ruim que tem que para o carro para atravessar e as pessoas estão sendo assaltada então eu fiquei muito preocupado quando o coronel Muniz chefe da fiscalização me diz que está cumprindo ordem do ministério público o que eu entendo que quem deveria dar a ordem seria o juiz, agora o

C.M.P.  
51/H  
Res. 109V  
Fl. 109V  
Rub. 109V



ministério público mandar atuar os coitadinho eu estou preocupado com isso e com essa administração. O secretário perguntou qual o tipo de irregularidade. O vereador Maurício informou que: “são de utilidade pública daquela área que já passa de 25 anos, passa ônibus passa tudo é só que daí pra cá prefeito nenhum fez nada em 2002”. O convidado perguntou se foi feita a desapropriação. O vereador afirmou que; “poderia ter feito a desapropriação que eram questões a que mais faltou vontade, tanto faltou vontade secretário que se o advogado do condomínio pediu o promotor 20 dias para apresentar o registro do cartório para ficar tudo certo um projeto aprovado faz 6 meses que o executivo não se preocupou em ir atrás o povo lá o povo sofrer não é por aí já são pagadores de impostos, que paga o nosso salário”. O secretário informou que esta situação do Portinari não passou pelo seu conhecimento e orientou que estas situações sejam encaminhadas para a secretaria do Planejamento, informando que: “Já pedi para o doutor Fábio ele verificar que a situação é essa isso não passou por mim esse caso do Portinari vou pedir pra olhar e voltar satisfação senhor da situação que se encontra queria pedir que quando tiver situação como essa conte comigo pra ajudar esclarecer quem sabe resolver”. O vereador Maurício informou que: “mas o que nós precisamos é ter reunido todo quem é o senhor coronel Muniz você tem que estou vendo as coisas acontecerem, porque só senhor tem dado atenção muito séria para nós mas a gente não consegue reunir tudo e resolver o problema, apresentou o processo a pessoa não pode perceber a gente consegue cancelar isso daí, porque o secretário Pedro Pegoraro que se trata de área particular, a prefeitura não tem autonomia para atuar. O convidado afirmou que o Poder Executivo tem domínio sobre todo o território da cidade e poder de polícia em 100% das áreas e que a Prefeitura tem livre poder de atuação, reiterando que analisará o caso e responderá as indagações do vereador Maurício Vila Abranches. O vereador Maurício Vila Abranches reiterou a necessidade da união de todas as secretarias envolvidas, Fiscalização para resolver este problema pois se tratam de pessoas honestas que estão sendo penalizadas. O secretário ora convidado respondendo à questão anterior o convidado informou que: “são os assentamentos que serão regularizadas primeiros 12 então tem aqui Andradas tem 03 lado entrando pela vila Guiomar; Andradas 1; Andradas 2 porque o Andradas 1 já foi regularizado, Andradas 2 a 4, são três Andradas 2 Andradas 3 Andradas 4 esses três serão regularizadas depois tem o Cruzeiro Souza lá no parque liberal depois tem a Dona Castorina lá no Salgado Filho temos também a Majid lá na vila Simione Magid é uma das maiores que desse bloco 640 famílias, 3200 pessoas depois temos o Maria De Lourdes aí tem o Patriarca lá no Jardim Maria Das Graças o Pedra Branca lá no pedra branca temos ainda o Serra Negra que ela no Jardim Jóquei Clube em que o Serra Negra tem 180 famílias e depois tem o Zara a o senhor mencionou(vereador Maurício) em que o Zara está por último na época o último não porque está em ordem alfabética que o z é o último e Zara também está nessa lista além de além desta ele o tem o Progresso e o Monte Alegre o Trevo não está na lista o que se encontra é o Coca Cola (Vila Augusta), sendo o início do projeto

C.M.R.P.
Res. 51/14
Fl. 110
Rub. 202



batalhando para que outros entrem nesta regularização. O presidente da CEE perguntou se o Patriarca ocupação perto das Casas Bahia será contemplado. O secretário afirmou que: "eu não sei o detalhe que ponto que além do patriarca eu posso olhar de mandar para cada um dessas até um mapinha qual é o trecho tal e eu passo para vocês". O presidente afirmou que está preocupado sobre as ocupações que não serão contempladas, por exemplo a comunidade do Cruzeiro se a família tomou as providências quando da reintegração destas áreas. O convidado que está fortalecendo a fiscalização justamente para não ter mais invasões, mencionou que as ocupações que ocorreram nesta gestão serão retomadas e as pessoas que ocuparam irregularmente deverão retornar ao estado anterior da invasão, pois é assim que ocorre em qualquer cidade, dando continuidade a fiscalização como ocorrem nas outras cidades, afirmando que será encaminhado para a Câmara o projeto de lei de interesse social facilitando a produção de interesse social na cidade inclusive lote urbanizado, assistência técnica e tudo mais vinculado, justamente para atender esta demanda que não consegue adquirir imóveis, não sendo a invasão um meio de furar a fila dos inscritos no cadastro da Prefeitura COHAB para a habitação reiterando o pedido de que cooperação da Câmara Municipal. O vereador Maurício destacou que a Câmara tem ciência destas questões principalmente pelo fato de que os vereadores são cobrados diariamente para resolver estas questões sempre buscando uma cidade melhor. O secretário ora convidado afirmou que: "Na cidade tem 43 mil dos 680 mil que nós deixamos para trás são esses que tiveram que morar a invasão porque não criamos condições para eles morarem lugares adequados teve problema também de fiscalização como sou bem como antes nós precisamos na verdade a pagar uma dívida com essas pessoas que a cidade não deu conta de oferecer alternativas adequadas de moradia então esse trabalho que o prefeito do assu nogueira está fazendo com o apoio de vocês até mais empreendimentos habitacionais esta aí Vida Nova Ribeirão com quase 7 mil casas vai resolver onde muita gente tem muita gente que não consegue ali mas vai conseguir estamos batalhando mais 1.300 apartamentos do minha casa minha vida como correndo para conseguir contratar vai atender essas pessoas mais pobres que precisam do poder público apoiando." O senhor Lauro fazendo os agradecimentos de estilo, perguntou sobre a área regularizada como ficarão os moradores que antes destes beneficiados pelo projeto de ocupação popular, que pagam seus impostos fidedignamente cumprindo seus deveres com o município, terão algum tipo de compensação por estes moradores que foram lesados por estes movimentos de ocupação. O convidado respondeu que os 640 mil moradores que são regulares já foram beneficiados por morarem regularmente, e por causa dos administradores anteriores causaram este problema não providenciou alternativas e soluções de moradias para os 40 a 43 mil que não foram beneficiados e contemplados pela moradia popular como ocorreram em outras cidades que foram realizados 1/3 do que as outras cidades fizeram em habitação popular, e que os atuais beneficiados pelo programa de regularização pagaram seus impostos e não foram beneficiados pela moradia

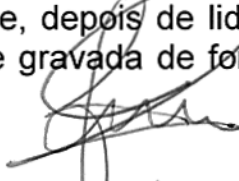


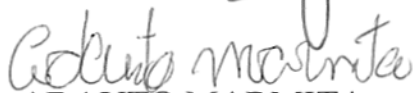




# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

diferentemente dos 640 mil que foram beneficiados. O assessor Lauro perguntou se a prefeitura realizou algum estudo sobre o impacto gerado por estas pessoas beneficiadas pela regularização quanto ao fornecimento de vagas em creche, escola entre outros. O convidado destacou que tudo isto está contemplado no PPA (2018 -2021), previsto para a área da educação, saúde entre outros, tudo georeferenciado no mapa eletrônico na internet no portal da Prefeitura podendo ser observado por bairro, para melhor ilustrar a situação, porém, falta recursos para investir por exemplo faltando aproximadamente 4.000 vagas de creche, sendo batalha geral de todos. O cidadão Marco presidente da associação de moradores do Jardim Paraíso da Vila Albertina, fazendo os agradecimentos de estilo e perguntou sobre a invasão da linha férrea da rua Jaboaão e outras áreas adjacentes da avenida Rio Pardo até a Zoonoses, invadindo área da Prefeitura entre as ruas Lafaiete Costa Couto e Pará entre outros com isso perguntou se existe algum estudo sobre a questão da linha férrea. O convidado destacou que aquele local é área federal, foi toda mapeada e a ocupação terá que sair pois já foram notificados e existe reintegração de posse, fazendo parte do plano viário, foi feito um convênio com a Secretaria do Patrimônio da União, e será desenvolvido o plano de trabalho de intervenção nos imóveis do patrimônio da União, não podendo afirmar quando ocorrerá mas acontecerá a reintegração e a retirada dos ocupantes destas áreas. O vereador presidente agradeceu por todos os esclarecimentos do secretário e que realmente é impossível todos serem contemplados, em razão de que nas administrações anteriores não disponibilizaram alternativas para a Habitação e Moradia Popular. O reiterou os agradecimentos e a integração com a Câmara Municipal, o secretário deixou a lista com a relação das 96 ocupações e quais serão contempladas pela regularização para o presidente da CEE. Nada mais havendo foi encerrada e reunião, às 17:00 horas, da qual, para constar lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai por todos assinada, a qual, foi integralmente gravada de forma audiovisual, a qual foi mim digitada Luiz Fernando Peres(  ) auxiliar legislativo cargo efetivo desta CMRP.

  
ADAUTO MARMITA  
Presidente CEE

  
MAURÍCIO VILA ABRANCHES  
vereador membro

